

# DISCURSOS SOBRE “(DES)TRANSIÇÃO DE GÊNERO”: CONSERVADORISMO E TEORIAS SOBRE GÊNERO

*DISCURSOS SOBRE “(DES)TRANSICIÓN DE GÉNERO”:  
CONSERVATISMO Y TEORÍAS SOBRE EL GÉNERO*  
*DISCOURSES ABOUT “(DE)TRANSITION OF GENDER”:  
CONSERVATISM AND THEORIES ABOUT GENDER*

Carolina Franco Brito<sup>1</sup>, Maria Juracy Filgueiras Toneli<sup>1</sup> e  
João Manuel de Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil.

<sup>2</sup> Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.

**Resumo:** O presente artigo trata dos processos que têm sido nomeados de “destransição de gênero”. Para a produção dessa pesquisa foram analisados dois vídeos presentes na plataforma digital do Youtube, nos quais sujeitos falam sobre suas experiências de “destransição” – sendo um deles através de autorrelato e outro a partir de uma entrevista veiculada inicialmente em meio televisivo. Para a análise, utilizamos como metodologia a Análise Foucaultiana do Discurso. O artigo possui três seções principais: na primeira delas questões referentes à “ideologia de gênero” foram discutidas a partir de teorias críticas, como a teoria da performatividade de gênero de Judith Butler. Na segunda parte colocamos em questão a naturalização da noção de família cisgênera, heterossexual e monogâmica como norma. Na terceira, discorremos sobre a patologização dos trânsitos de gênero.

**Palavras-chave:** Destransição; Gênero; Normas de gênero; Conservadorismo; Ideologia de gênero.

**Resumen:** Este artículo aborda los procesos que se han denominado “destransición de género”. Para realizar esta investigación se analizaron dos videos de la plataforma digital YouTube, en los que los sujetos hablan de sus experiencias de “destransición”, uno de ellos a través de un autoinforme y el otro a partir de una entrevista inicialmente transmitida por televisión. Para el análisis se utilizó como metodología el Análisis del Discurso Foucaultiano. El artículo consta de tres secciones principales: en la primera de ellas se discutieron cuestiones relativas a la “ideología de género” a partir de teorías críticas, como la teoría de la performatividad de género de Judith Butler. En la segunda parte cuestionamos la naturalización de la noción de familia cisgénero, heterosexual y monógama como norma. En el tercero, discutimos la patologización de las transiciones de género.

**Palabras clave:** Destransición; Género; Normas de género; Conservatismo; Ideología de género.

**Abstract:** This article deals with the processes that have been called “gender detransition”. For the production of this research, two videos on the YouTube digital platform were analyzed, in which subjects talk about their experiences of “detransition” – one of them through self-report and the other through an interview broadcast initially on television. For the analysis, we used the Foucault’s Discourse Analysis methodology. The article has three main sections: in the first, questions related to “gender ideology” were discussed based on critical theories, such as Judith Butler’s theory of gender performativity. In the second part, we questioned the naturalization of the notion of cisgender family, heterosexual and monogamous as a norm. In the third, we discuss the pathologization of gender transits.

**Keywords:** Detransition; Gender; Gender norms; Conservatism; Gender ideology.

## 1 Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior a respeito dos processos frequentemente denominados de “destransição de gênero”, ou seja, das experiências de sujeitos que, depois de um tempo assumindo uma identidade ou posição trans\*<sup>1</sup>, por motivos diversos, deixaram de se identificar desse modo. Esse termo será utilizado entre aspas ao longo do texto, pois nos parece carregar certa imprecisão teórica, uma vez que pode, erroneamente, transmitir a ideia de que houve o retorno a um ponto inicial, de onde “se partiu” no processo de transição de gênero. A escolha pelo uso dessa expressão, apesar de não condizer com a postura teórica adotada, refere-se ao fato de que ela é recorrentemente utilizada pelos sujeitos da pesquisa e pela mídia brasileira de maneira geral, bem como em outros países.

As enunciações de pessoas que dizem ter passado (ou desejado passar) por processos de “destransição de gênero” têm sido correntemente capturadas e apropriadas por movimentos conservadores no intuito de apresentá-las como verdadeiras provas de que pessoas trans\* são doentes, confusas ou erradas. Esse modo de interpretação se relaciona estreitamente com perspectivas patologizantes, uma vez que se baseia em um sistema que sustenta e produz a ideia de que essas vivências são “abjetas, estranhas, transtornadas, inviáveis” (Vergueiro, 2015, p. 38). Nos referimos a um conservadorismo que pode ser entendido como agenciamentos de grupos e movimentos políticos que têm promovido um constante ataque aos direitos de minorias de gênero, sexuais e raciais, tanto na América Latina, como em diversos outros países, configurando um retrocesso no que se refere às conquistas obtidas no campo dos direitos humanos nos últimos anos (Mattos, 2018). Ademais, costumam defender aquilo que compreendem como a base de uma sociedade dita “tradicional”, a saber, a família (sobretudo a nuclear, cisgênera, heterossexual e monogâmica), a religião e a nação (Messenberg, 2019). Ainda que outros países possuam experiências semelhantes no que se refere à operação desses movimentos conservadores – e, em alguns casos, também religiosos – na esfera política e social, o Brasil parece guardar em si suas particularidades. Essas ofensivas adquirem uma roupagem diferente em território brasileiro, uma vez que se articulam com outros elementos, ganhando força em um país cujo governo anterior assumiu tons neofascistas e que flertou constantemente com seu passado ditatorial.

Por vezes esses grupos fazem uso do sintagma “ideologia de gênero”<sup>2</sup> em uma tentativa de desqualificação e invalidação de certas áreas do saber científico, entre elas, as teorias de gênero e teorias e práticas feministas e *queer*. Para isso promovem denúncias, por meio de tons alarmistas, de supostas conspirações do gênero que aparentemente teriam como objetivo acabar com a “família” e com os bons costumes da sociedade. Considerando esse cenário, o presente artigo se propõe a analisar certos discursos de “destransição de gênero” a partir de outras epistemologias, dialogando, para tanto, com aquelas criticadas por esses movimentos conservadores. Com o auxílio dos estudos de gênero e das teorias feministas e *queer*, propomos uma reflexão em torno da seguinte pergunta: de que forma determinados pressupostos conservadores que agenciam, entre outras coisas, os discursos de “ideologia de gênero”, têm operado no campo social e político brasileiro, funcionando/atuando como produtores de subjetividades, em especial na produção de experiências de gênero de sujeitos que vivenciaram aquilo que nomeiam de “destransição de gênero”?-

## 2 Percursos metodológicos

Como mencionado na seção anterior, este artigo faz parte de uma pesquisa maior, que resultou em uma dissertação de mestrado. Para sua realização, decidimos acessar os discursos dos sujeitos que “destransicionaram” por meio de vídeos disponíveis na plataforma Youtube. Em nossas buscas, que aconteceram em novembro de 2019, utilizamos o descritor “destransição de gênero” e encontramos um total de nove vídeos. Contudo, considerando nossos critérios de seleção, esse número foi reduzido para seis. Os critérios adotados foram: (a) vídeos em que os próprios sujeitos da “destransição”, seja em processo ou que tenham, em algum momento, vivenciado essa experiência, falem a respeito a partir de suas histórias pessoais, independentemente do formato do material; (b) vídeos em que os sujeitos fossem brasileiros, dado nosso interesse em discutir essas questões no contexto nacional. Após a seleção, os vídeos foram integralmente transcritos e trabalhados textualmente.

Para este artigo, utilizamos apenas dois vídeos como base para a análise proposta. O primeiro deles é um autorrelato, feito de maneira espontânea, por Gustavo. Nesse material, Gustavo se identifica como um homem cisgênero, tendo se autodeclarado como uma mulher transexual durante determinado período. Ele narra, em primeira pessoa, alguns acontecimentos de sua vida e reflete sobre sua experiência de “destransição de gênero”. O segundo vídeo é de uma reportagem originalmente veiculada em um canal televisivo brasileiro de rede aberta e posteriormente disponibilizada na plataforma do Youtube. Nessa reportagem, Artur, que também se identifica como um homem cisgênero e que, em certo momento, assumiu uma posição de mulher transexual, é entrevistado. Além da entrevista com Artur, a reportagem apresenta falas de cientistas, como Felipe Néry, e das/os apresentadoras/es e repórteres, que participaram do programa. Essas falas também foram consideradas em nossa análise, levando em conta a importância do contexto e a forma como a “destransição” foi abordada nesse material.

Nossas preocupações éticas estiveram presentes ao longo de todo o processo. Entendemos que os atos de fala dos sujeitos dessa pesquisa se constituem como *parresía* e, por isso, podem ser entendidos como a coragem da fala franca (Foucault, 2011). São nesse sentido, materiais publicados voluntariamente ou com o consentimento dessas pessoas que decidiram, por diferentes, e às vezes não tão evidentes motivos, contar sobre suas histórias e trânsitos de gênero. Levando em consideração que o Youtube é um site de compartilhamento de vídeos aberto e acessível para todas/os aquelas/es que têm acesso disponível a internet, podendo, inclusive, fazer comentários e expressar reações aos conteúdos, entendemos que os materiais utilizados nessa pesquisa constituem domínio público. Apesar disso, ainda que saibamos que os materiais disponíveis na internet possam, de certo modo, ser facilmente acessados, optamos por preservar a identidade dos sujeitos que “destransicionaram” em nossa pesquisa. Em uma tentativa de manter o sigilo e o anonimato dessas pessoas, decidimos atribuir-lhes nomes fictícios.

Nesse sentido, esta pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa, uma vez que, a partir das bases epistemológicas que a fundamentam, entendemos que “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada” (Godoy, 1995, p. 21). Além disso, trata-se de uma pesquisa documental, pois analisamos textualmente materiais que já estavam disponíveis. Para a análise, utilizamos como método da Análise Foucaultiana do Discurso, partindo do princípio de que ela não é apenas de uma metodologia, mas também incorpora diversas questões teóricas. Segundo

Foucault (2012, p. 60), o discurso não é apenas um conteúdo composto por um conjunto de signos, mas sim “práticas que formam sistematicamente os objetos de que fala”. O discurso promove, portanto, a constituição de certas formas de subjetividade que estão intimamente relacionadas e imbricadas com as relações de poder. Nos interessa, portanto, a relação entre os discursos e as instituições, uma vez que estão intrinsecamente ligados às suas práticas (Nogueira, 2008).

Considerando essas questões, o artigo foi estruturado em três partes principais. Na primeira, realizamos uma análise da reportagem, abordando questões relacionadas à “ideologia de gênero”, que se desdobram em uma discussão sobre gênero, sexo e corpo, a partir da teoria da performatividade de gênero de Judith Butler. Na segunda parte, exploramos o outro material da pesquisa: o autorrelato. A partir das falas de Gustavo e de informações adicionais presentes na reportagem, discutimos sobre a noção de “família” nuclear, cisgênera, heterossexual e monogâmica como norma. Por fim, na terceira parte, discorremos sobre o processo de patologização dos trânsitos de gênero.

### 3 “Ideologia de gênero”: veiculação de discursos midiáticos sobre o gênero

O sintagma “ideologia de gênero” tem sido invocado e empregado contemporaneamente por diferentes atores sociais e políticos, especialmente por grupos conservadores e religiosos, para nomear um conjunto de teorias e práticas que identificam como perigosas. Este termo encontra origem no Vaticano (Junqueira, 2018) e foi criado com o intuito de promover novas estratégias de mobilização política em uma disputa pela hegemonia ideológica e social. Ainda que tenha sido fomentado inicialmente por organizações católicas, ganhou adesão de diversas e diferentes denominações religiosas e laicas, estando, entre elas, as igrejas evangélicas neopentecostais (Junqueira, 2018), grupos profissionais, organizações como coletivos de mães, dentre outras. Essas investidas discursivas operam através de uma inversão conceitual, na medida em que foram esses grupos que criaram aquilo que criticam, oferecendo tons de realidade para uma disputa contra algo que não existe senão por eles próprios. Geralmente localizam a figura do inimigo em teóricas/os do gênero ou feministas, possuindo uma visão muito reduzida e empobrecida de seus campos de pesquisa (Mattos, 2018). Essas investidas partem do pressuposto de que seria necessário impedir esses sujeitos, interpretados como manipuladores, uma vez que sua agenda política e ideológica desordenaria a “ordem natural” da sexualidade, apresentando, por conseguinte, uma verdadeira ameaça à “família” e a segurança daquelas/es produzidas/os como indefesas/os – as crianças e os adolescentes – e para que a sociedade pudesse continuar funcionando “adequadamente” (Junqueira, 2018; Rosado-Nunes, 2015).

O combate à “ideologia de gênero”, por meio desses agenciamentos conservadores, coloca em operação, entre outras coisas, a ideia de família heteronormativa e cisnormativa, o dimorfismo sexual e o binarismo de gênero. Ao se inscrever na arena política e social, esses discursos possuem produção ativa na forma como interpretamos e vivenciamos o mundo, produzindo modos específicos de subjetividade. Gostaríamos, nesse momento, de discutir não apenas as próprias falas dos sujeitos que destransicionaram consideradas nessa pesquisa, mas também o meio em que elas circularam e o modo como foram apropriadas e significadas. Em reportagens, como essa em análise, é frequente a apresentação de relatos

de sujeitos que passaram pela “destransição de gênero” como provas de que o “imperativo sexual” é o mais forte e que não resta outro caminho às pessoas trans\* que não o do sofrimento ou do arrependimento.

Logo no início da reportagem a apresentadora expõe aquilo que compreende por “ideologia de gênero”:

Cresce em todo o mundo a polêmica sobre a chamada **ideologia de gênero, a ideia de que existiriam mais gêneros do que o masculino e o feminino e que um homem ou uma mulher poderia mudar de gênero quando quisesse** [grifo nosso]. (Apresentadora)

A fala da apresentadora da reportagem em análise reverbera críticas feitas à teoria da performatividade de gênero de Judith Butler. Apesar do fato de que a autora tenha respondido a algumas delas em obras posteriores, como em Butler (1993/2020), ainda permanece, em alguns espaços, uma leitura extemporânea e errônea da sua teoria. O que podemos observar nesse trecho é que se presume que o gênero é um elemento volitivo, ou seja, facilmente modificável, pois estaria no âmbito da vontade. O que parece é que um sujeito, ao acordar pela manhã, dirige-se ao seu guarda-roupa e decide o gênero que quer ser/vestir naquele dia, guardando-o ao final dele (Butler, 1993/2020). Caberia ao sujeito, voluntarioso e instrumental, decidir seu gênero, podendo modificá-lo a qualquer momento, de acordo com sua vontade. Entretanto, afirmar que o gênero é performativo não implica entendê-lo como um ato individual e intencional, sobre o qual uma pessoa tem poder de escolha. Refere-se, de fato, a uma prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz aquilo que nomeia, orientado pela gramática normativa que determina posições para os sujeitos que assim são produzidos.

Nesse sentido, o gênero não é aquilo que se é ou o que se tem, mas sim “o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume” (Butler, 2014, p. 253). Ademais, é necessário não perder de vista a dimensão contingente do gênero, de modo tal que ele não significa sempre e somente o feminino ou o masculino – essa dimensão binária se estabeleceu a certo custo. O gênero é o mecanismo através do qual esses dois constructos se produzem e se naturalizam, assim como é também o aparato em que esses termos são passíveis de desconstrução e de desnaturalização (Butler, 2014). Além disso, defender a dimensão de construção do gênero não implica necessariamente defender a existência de um sujeito anterior, aquele próprio que realizaria essa “construção”. Na verdade, não existe sujeito que não tenha sido desde sempre submetido e assujeitado ao gênero, entendendo aqui a atribuição de gênero como as relações de diferenciação por meio das quais os sujeitos irrompem na existência. Nós somos, ao mesmo tempo, assujeitados e subjetivados pelo gênero, de modo que não somos nem anteriores, nem posteriores a esse processo de atribuição: apenas emergimos “internamente a ele como a matriz das próprias relações de gênero” (Butler, 1993/2020, p. 24).

A performatividade de gênero não é, portanto, um ato singular e individual, uma vez que é a reiteração de uma série de normas, uma produção ritualizada. O que acontece a partir e através de uma restrição daquilo com que o sujeito não pode se identificar sob ameaça de exclusão ou morte, estabelecendo e impondo determinado modo de produção, ainda que não determine totalmente o sujeito. A respeito do que entende como norma, Butler (2014) diz que não se trata de uma regra ou uma lei, mas algo que funciona na dimensão das práticas sociais a partir de um padrão comum implícito da normalização. Ela pode tanto ser implícita como

explícita, permanecendo no primeiro âmbito quando atua como princípio normalizador das práticas sociais, sendo mais perceptível nos seus efeitos.

Prosseguindo na análise, a reportagem segue trazendo novos elementos:

**O gênero masculino ou o feminino vem do nascimento** [grifo nosso]. Para a Ciência, os cisgêneros são pessoas que se identificam com o sexo em que nasceram. **Os transgêneros, também conhecidos como transexuais, são pessoas que preferiram ter o sexo diferente, ou seja, um homem não quer ser homem e uma mulher não quer ser mulher** [grifo nosso]. Segundo o professor Felipe Néry, presidente do Observatório Interamericano de Biopolítica, **é muito complicado lutar contra o sexo com que cada pessoa nasce** [grifo nosso]. (Repórter)

A dimensão volitiva do gênero é apresentada novamente neste trecho com o uso dos verbos preferir e querer no que se refere a uma suposta “escolha” de gênero. Entretanto, a performatividade, como apresentado anteriormente, não é um “um jogo livre nem uma forma teatral de apresentação de si, tampouco pode ser simplesmente equiparada a uma performance” (Butler, 1993/2020, p. 167). Ademais, parecem discordar da possibilidade de existência de gêneros não binários, ideia essa associada à “ideologia de gênero”, expressa pela frase: “a chamada ideologia de gênero, a ideia de que existiriam mais gêneros do que o masculino e o feminino”. Isso se evidencia pela lógica estritamente binária da reportagem, em que o modo de construção das frases “homem que não quer ser homem” e “mulher que não quer ser mulher” presume que, independentemente da sua identidade ou sua experiência de gênero, mulheres trans\* nunca deixarão de ser homens, bem como os homens trans\* nunca serão outra coisa senão mulheres, uma vez que sua realidade biológica seria aparentemente incontestável – realidade essa supostamente possível somente dentro dos binarismos mulher/homem e feminino/masculino. É recorrente, nesses discursos, a ideia de que o sexo seria um elemento da natureza e se estabeleceria através do corpo orgânico, genético e biológico, de modo que a diferenciação dos corpos femininos e masculinos seria efeito de dados naturais e a-históricos. Enquanto o gênero, por sua vez, seria uma construção social e histórica, ou seja, a identidade constituída dentro do laço social. Desse modo, o gênero não seria consequência direta do sexo e, sendo assim, não teria a mesma fixidez.

Ainda por meio dessa lógica, ao considerar o gênero como resultado das significações culturais assumidas por um corpo sexuado, não seria possível admitir que ele derivaria do sexo, como fez parecer a fala apresentada, de modo que a diferenciação sexo/gênero presumiria uma descontinuidade radical entre os corpos sexuados e os gêneros constituídos dentro da cultura (Butler, 1990/2003). Nesse sentido, não seria correto supor que homens possuiriam sempre corpos masculinos, assim como mulheres teriam sempre corpos femininos. A partir dessas perspectivas, Felipe Néry, durante a reportagem em análise, busca demonstrar a complexidade de uma “luta contra o sexo”, fazendo parecer que essa dimensão sexual é sempre vitoriosa na constante batalha do gênero contra o sexo – apresentados como elementos dicotômicos dentro de uma diferenciação maior: natureza *versus* cultura. Em suas próprias palavras, ele defende:

**Existe a biologia, a biologia é o teu sexo, que é a tua anatomia** [grifo nosso], só que o gênero é na forma como você se vê, como você se compreende, porém você **não tem como desvincular a biologia, nós temos um corpo, temos hormônios** [grifo nosso]. (Felipe Néry)

Quando se admite a incontestabilidade ou a materialidade do sexo, estamos sempre falando de uma certa versão desse “sexo”, da formação da sua materialidade. A natureza não pode ser entendida nem como elemento precedente à inteligibilidade, nem como elemento da cultura: ela possui uma história e esta não é somente social, além disso, o sexo é posicionado de forma ambígua em relação a este conceito e sua história (Butler, 1993/2020). Nesse sentido, podemos compreender a materialidade como o poder em seus efeitos formativos e, quando ele opera com êxito na produção de um campo inteligível, ou seja, na produção dos corpos obedientes às normas, os seus efeitos são tomados na realidade como dados primários (Butler, 1993/2020).

Trata-se, portanto, de um efeito que mascara a dimensão de produção desse lugar supostamente originário. Sua falsa dimensão pré-discursiva opera no sentido de assegurar a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo. Viviane Vergueiro (2015) afirma que essa pré-discursividade é cisnormativa, ou seja, trata-se de uma normatividade cisgênera na medida em que desempenha, através de diferentes dispositivos de poder situados interseccionalmente, “efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos” (Vergueiro, 2015, p. 43). Essa pré-discursividade, para a autora, localiza em determinadas regiões corporais uma verdade sobre os corpos considerados humanos.

#### 4 “Família” em disputa: reflexões sobre suas atribuições tradicionais e conservadoras

É recorrente, entre as ofensivas antigênero, a produção de uma denúncia feita sobre uma suposta conspiração mundial do gênero que visaria destruir a família e o ser humano, o que é feito, em geral, através do uso de um tom alarmista, polêmico e hiperbólico (Junqueira, 2018). A família ameaçada parece ser aquela entendida como heterossexual, cisgênera, monogâmica e “natural”. Essas investidas possuem, dentre seus objetivos, a instauração do pânico moral. O termo pânico moral foi usado inicialmente por Stanley Cohen (1972) para designar as reações exageradas da mídia, da opinião pública e das agências de controle social frente aos pequenos “desvios” das normas sociais, interpretados como fenômenos ameaçadores. Outras reflexões que se desenvolveram acerca desse conceito, e que tiveram com base as teorias de Gramsci, passaram a compreender essa questão a partir de novas perspectivas: ele faria parte de “estratégias conectivas que ampliam a esfera de influência da sociedade civil pela cooptação de distintos segmentos sociais como apoiadores de uma ideologia dominante” (Natividade & Oliveira, 2009, p. 157). Nessa perspectiva, a “ideologia dominante” seria transmitida no interior de mensagens, imagens e apresentações que buscam promover o medo, distorcendo, para tanto, a realidade e se configurando como arma política que funciona através da mobilização do senso comum. Procura-se, portanto, difundir a crença da importância de se intervir na contenção desses fenômenos compreendidos como perigosos, articulando modos de atuação que envolvem diferentes instituições e atores sociais (Natividade & Oliveira, 2009). Isso se evidencia na reportagem, com a continuação da fala de Néry:

Os países foram implementando essas políticas públicas por quê? Porque **o que quer é se fazer realmente uma nova sociedade** [grifo nosso]. O que, qual o problema que as pessoas não entendem? É que é o seguinte: **existem pilares**

**de uma sociedade. Quais são os pilares? Vida e família são dois deles, né e esses dois pilares que sustentam uma sociedade, muitos desses organismos querem desconstruir** [grifo nosso]. (Felipe Néry)

O sintagma “ideologia de gênero” tem sido empregado com frequência como um sinal de alerta para o “risco social” provocado pela agenda de direitos sexuais e reprodutivos e da atuação de movimentos feministas e LGBTIA+<sup>3</sup> (Lionço, Alves, Mattiello & Freire, 2018). O termo “vida” parece fazer menção a posições contrárias à possibilidade de interrupção voluntária da gravidez. Os discursos em “defesa da vida” operam uma forma particular de compreensão da mesma: para essas pessoas, a vida inicia na concepção, de modo tal que, nessas perspectivas, o aborto esbarra em questões éticas e morais, se configurando como um crime contra a vida de um “indefeso” (Aldana, 2008). Esse tipo de formulação produz formas violentas de controle principalmente dos corpos das mulheres que, em países que estabelecem essa prática como crime, são compelidas a recorrer a procedimentos clandestinos e de grande risco à saúde, especialmente para aquelas que não possuem condição financeira suficiente para arcar com os altos custos de clínicas equipadas com bons profissionais e infraestrutura. Perspectivas feministas têm compreendido essas questões como discussões que estão, e devem estar, inseridas no campo do direito reprodutivo, em que o ponto primordial precisa ser sempre a saúde da pessoa gestante. Desse modo, aquelas/es cujos posicionamentos são contrários às interrupções voluntárias da gravidez frequentemente compreendem aquelas/es que defendem os direitos das mulheres como inimigas/os ou como criminosas/os.

O segundo “ pilar da sociedade”, apontado por Néry, é a “família”. Os discursos presentes na luta contra a “ideologia de gênero” estabelecem esse elemento como um dos mais importantes a ser protegido contra as supostas investidas daquelas/es que visariam sua destruição. Esses movimentos articulam uma intensa mobilização política e discursiva que busca, entre outros aspectos, ratificar as hierarquias sexuais; estabelecer a preferência dos pais na formação sexual e moral das/os suas/seus filhas/os em relação as/aos educadoras/es e professoras/es; retirando, por conseguinte, essas discussões das salas de aula; o rechaço e não reconhecimento de estruturas familiares não heteronormativas; e a reinstalação das homossexualidades e identidades trans\* nos discursos psicopatológicos (Junqueira, 2018).

Essa dimensão social é fundamental quando discutimos sobre os processos de subjetivação, pois são cenário e condição de existência de determinadas configurações de relacionamento entre as pessoas. As questões que envolvem a ideia de “família” estão presentes também no autorrelato de Gustavo, outro material analisado em nossa pesquisa. A respeito de sua experiência, ele diz:

Percebo também que **tudo começou na minha família** [grifo nosso], porque eu acho que tudo começa na família. É a origem de tudo, a nossa família, né? E eu percebo hoje que eu vivi numa **família disfuncional, uma família aonde tinha muitos problemas** [grifo nosso]. (Gustavo)

Então eu, eu cresci uma criança numa **família desestruturada, só com mãe né, e uma irmã** [grifo nosso] e eu comecei a me ver naquele mundo feminino e comecei a agir como uma mulher, porque era aquilo que eu via, era aquele o meu mundo, o mundo feminino né, então para mim eu comecei a agir de forma daquilo que era

refletido para mim, e o que estava sendo refletido para mim na minha infância era o mundo feminino né, então eu comecei a agir como uma menina. (Gustavo)

A noção de família apresentada aqui parece se filiar à noção mais “tradicional”. Nesses trechos, Gustavo discorre sobre os motivos que ele identifica como importantes e que o levaram a experienciar, em um determinado momento, uma vivência transexual e homossexual, termos estes utilizados por ele. A ausência de um membro da família considerado como vital, o pai, é compreendido como fator desestruturante. Sua ausência supostamente implicaria no fato de que ele não teve acesso a nenhum “representante” do “sexo” masculino, o que se tornou um problema ainda maior pelo fato de que Gustavo pertenceria ao mesmo “sexo” e, portanto, deveria se identificar com ele para a construção de sua identidade cisgênera. É desconsiderado, contudo, o fato de que esta figura masculina poderia ser encontrada em outros lugares, como televisão, imagens, mídias em geral, vizinhos e outros parentes. Essas questões parecem corroborar com aquilo que é socialmente esperado: que a vida dos sujeitos somente floresça sob o corolário da família, que é sempre normativa, em que apenas sujeitos estáveis, monogâmicos e não promíscuos podem encontrar um lar (Rubin, 2006).

Esse tipo de discurso produz efeitos, como na própria percepção do gênero e sexualidade de Gustavo, que parece apresentar suas experiências como resultantes de algo que deu “errado” no seu percurso familiar. Ele apresenta, em sua fala, um enunciado recorrente que pensa a família como a base de tudo, assim como a infância como período de origem das “patologias”, o que não parece muito distante de uma visão simplificadora e descontextualizada de determinados saberes psicológicos, psiquiátricos e psicanalíticos. Isso se evidencia no seguinte trecho:

**Eu creio que eu não nasci homossexual, eu creio que eu não nasci transexual, mas alguma coisa no meu percurso de vida me tirou daquele caminho que eu deveria percorrer** [grifo nosso], por coisas até mesmo que estavam além da minha vontade né, coisas que aconteceram na minha vida que foi além do meu desejo, porque eu não queria, eu não tinha a consciência de querer ser um menino diferente dos outros, eu não tinha consciência dos meus sentimentos e das minhas emoções serem diferente, mas **alguma coisa já desde o meu nascimento até mesmo eu ter sido criado sem um pai criaram traumas e emoções no meu coração para que os meus sentimentos inclinasse para um sentimento homossexual** [grifo nosso], sabe. (Gustavo)

Gustavo presume que algo não correu bem no seu desenvolvimento, levando a caminhos aparentemente indesejados. Nota-se que se parte do pressuposto de que o sujeito não nasce “transexual” ou “homossexual”, mas que nascemos todas/os cisgêneros e heterossexuais. Isso decorre da universalização das posições correspondentes à norma, pois são compreendidas como parte da natureza humana e, às vezes, até dos ordenamentos divinos. Os padrões cisgêneros dos corpos e vivências de gênero postulados como naturais e desejáveis são reflexos e desdobramentos de uma herança de séculos de colonizações europeias que vão significá-los dessa forma (Vergueiro, 2015). De modo que essa interpretação de Gustavo diz também das compreensões socioculturais ocidentalizadas do gênero. Nessa conjuntura, a cisheteronormatividade, ou seja, a cisgêneridade enquanto norma, se refere a diversas forças institucionais que vão colocá-la nesse lugar normativo. Esses corpos são considerados mais humanos e mais valiosos, podendo acessar lugares e direitos que corpos trans\*, *queer* e dissidentes da cisheteronormatividade não podem. É esperado, portanto, que a compreensão de Gustavo delimite sua experiência transe-

xual e homossexual como desvio, uma vez que as normas e as instituições postularam esse lugar – refere-se, portanto, a uma compreensão que não é individual, mas sim social.

## 5 Patologização dos trânsitos de gênero

O combate à “ideologia de gênero” inclui estratégias como a patologização e a moralização das sexualidades dissidentes da heteronorma e da cishnorma. O medo de que a “família” possa ser destruída presume que quem deve continuar a estabelecer as regras daquilo que é permitido e lícito, bem como daquilo que é proibido e ilícito são essas estruturas dominantes (Dias, 2017). Nesse sentido, poderíamos interpretar as investidas políticas e sociais de grupos conservadores como tentativas de não permitir uma legitimação, por parte do Estado, dos comportamentos que não estejam de acordo com seus fundamentos. Eles estão, muitas vezes, alinhados com as normas sociais que, por sua vez, estabelecem os referenciais de quem pode ser lido como humano. Ao mesmo tempo em que a norma produz a inteligibilidade dos corpos, que instaura a normalidade que deve ser seguida e realizada como modelo, produz também o domínio dos corpos excluídos e abjetos, corpos estes que vão operar como fronteira ou limite de inteligibilidade. Aquelas/es que rompem com esse modelo são frequentemente violentadas/os e excluídas/os; são vivências consideradas ininteligíveis e inviáveis, impossibilidades lógicas fruto de falhas no desenvolvimento (Butler, 1990/2003). Essa dimensão compõe a reportagem em análise:

Os impactos na saúde de quem opta pela operação podem ser profundos. É o que diz uma reportagem do respeitado jornal inglês *The Guardian*, com o título: “A mudança de sexo não é efetiva”. A reportagem afirma: “não há evidências conclusivas de que a operação de mudança de sexo melhore a vida dos transexuais. **Muitos deles, aliás, continuam severamente desorientados** [grifo nosso]. (Repórter)

Presume-se que as pessoas trans\* são “pessoas desorientadas” e que as intervenções cirúrgicas poderiam ou não corrigir esse problema. Nesse sentido, talvez fosse necessário se submeter a esses procedimentos para, quem sabe, deixar de ser “desorientado”. Algumas questões parecem ficar em aberto: e quanto aquelas/es que não desejam modificar seus corpos? Continuarão “desorientadas/os”? Ou será que não podem, nem ao menos, ser consideradas/os “transexuais”? De todo modo, os referentes que parecem justificar essa visão patológica se baseiam em normas de gênero produzidas dentro de um determinado contexto social e histórico, estabelecendo a cisgeneridade como a experiência saudável do gênero, sendo qualquer outra compreendida como desviante e errada. As intervenções cirúrgicas serviriam, nesse cenário, como uma forma de correção daqueles corpos que não obedecem a norma. Ainda que se possa, com muito custo, admitir a existência de pessoas trans\* – sempre a partir de um discurso patológico –, seria preciso corrigir seus corpos em alguma medida, fazendo operar a norma mesmo naquelas/es que resistem: só se admite um corpo feminino quando este não possui pênis e pelos, do mesmo modo que não é possível corpos masculinos terem seios e útero.

O caráter patologizante se evidencia na experiência de Artur:

**A minha transexualidade foi diagnosticada aos 7 anos de idade e aos 11 anos de idade, com médicos atestando... O tratamento foi feito. Os laudos**

**vieram tanto de psicólogo, como psiquiatra** [grifo nosso], atestaram aquilo, colocaram o nome deles e a responsabilidade deles. (Artur)

A experiência de “transexualidade” de Artur parece ter sido validada na medida em que os profissionais a identificaram e atestaram. No Brasil, a atenção integral das pessoas trans\* e travestis é oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que, em conjunto com o Conselho Federal de Medicina (CFM), prevê a obrigatoriedade de no mínimo um ano de acompanhamento multiprofissional e interdisciplinar para se tornar possível a realização de procedimentos cirúrgicos para aquelas/es que assim desejem (Resolução nº 2265/2019). A imposição desse critério estabelecido como condição de acesso às intervenções corporais pode produzir efeitos, como a criação de formas reduzidas e estereotipadas de experiência de gênero.

Os procedimentos de acompanhamento compulsório se sustentam, muitas vezes, sob a justificativa da necessidade de verificação da vontade e possibilidade dessas pessoas de se submeter às intervenções cirúrgicas, isto é, para que se possa ter certeza de que se trata de um caso de “transexualismo verdadeiro”<sup>4</sup> (Arán & Murta, 2009). Para tanto, cria-se um aparato que busca evitar possíveis futuros arrependimentos, o que se sustenta pela lógica de que existiria uma suposta verdade interna que se exterioriza em nossos corpos e que precisaria ser identificada. Seria possível, portanto, identificar, ao longo do processo de acompanhamento, os casos daquelas/es que possam estar “confusas/os” sobre sua “natureza”, sendo função dos profissionais ajudar na decisão correta a ser tomada.

Levando esses pontos em consideração, os sujeitos da “destransição de gênero” podem ser e o são, muitas vezes, apresentados como sintomas de uma falha profissional daquelas/es que não souberam prever que aquela pessoa se identificaria “novamente” como cisgênera. Os sujeitos da “destransição” podem ser apresentados, nesse sentido, como um fantasma da prática profissional fracassada, ou ainda, a prova irrefutável de que essa “história de gênero” é uma farsa, já que há relatos de sujeitos que supostamente recobram seu estado psicológico normal e “retornaram” para sua “natureza”, pois o que de fato existe é o sexo: todo o resto é invenção social. Esse tipo de argumento pode ser encontrado em diversas reportagens e discursos, como esses em análise nesse texto. A dimensão de desvio das vivências dissidentes da cisnorma se evidencia no trecho a seguir, em que é sempre possível – e esperado – o arrependimento: “muita gente já fez até cirurgia de mudança de sexo. **O problema é quando depois surge o arrependimento** [grifo nosso]” (Apresentador).

Contudo, partindo de outras epistemologias, talvez seja possível lançar novos olhares para as experiências de “destransição de gênero”: se não há uma verdade interior responsável por determinar nossa experiência de gênero, através de sua exteriorização; se somos sempre assujeitadas/os e subjetivadas/os pelo gênero, que se funda na reiteração e citação forçada das normas sociais; se o gênero é performativo e sua materialização ocorre mediante a performatividade das normas regulatórias do “sexo”, então talvez não seja possível entender a “destransição” como uma experiência de retorno, como determinados discursos conservadores têm tentado nos levar a crer. Se não existe um lugar de onde se parte, ou seja, uma realidade original e pré-discursiva, então é fundamentalmente impossível retornar a ela. Sendo o gênero performativo, não pode ser um elemento estático, isto é, algo que se mantém idêntico a si mesmo ao longo da vida. Todas/os transitamos pelo gênero, de maneira mais ou menos evidente. As experiências generificadas se modificam, podendo estar de acordo ou não com as normas – ainda que sejam sempre constituídas por elas – podendo, inclusive, extrapolar os binarismos mulher/homem e transgênero/cisgênero. As leituras demasiadamente binárias

são, portanto, redutoras: há mais elementos entre uma posição e outra, inclusive para além delas, do que prevê estes termos.

As experiências dos sujeitos são absolutamente complexas, de modo que é necessário complexificar também os debates. Dessa forma, parece ser incorreto supor que todos os casos de “destransição de gênero” envolvam o arrependimento. Não estamos dizendo que isso não aconteça, apenas que essa ligação direta pode, possivelmente, nos levar a incorrer em erros. Os motivos que eventualmente levam à “destransição” são diversos, podendo o sujeito vir a se identificar, inclusive, como trans\* em um momento posterior. A abertura que a compreensão do gênero enquanto elemento performativo e em trânsito possibilita, envolve retirar o sentido de discursos que visam desqualificar as experiências de gênero dos sujeitos, seja daquelas/es que “destransicionaram”, seja das pessoas trans\*. O argumento da “destransição” como um suposto final inevitável e, por isso, como motivo para colocar as vivências trans\* novamente sob a mira de discursos patologizantes segundo os quais os sujeitos perdem, entre outras coisas, o direito sobre seus próprios corpos, não se sustenta a partir de outras epistemologias. A questão parece ser, então, quais posicionamentos éticos temos assumido frente às diversidades de gênero.

## 6 Considerações finais

Embora o termo “destransição de gênero” possa sugerir um retorno a um ponto inicial, fixo e inquestionável, defendemos que ele não pode ser compreendido dessa forma, uma vez que tal ponto, enquanto lugar estável, nunca existiu. As narrativas que posicionam a “destransição” como um movimento de volta ao “natural” ou ao “original” sustentam-se em discursos normativos que ignoram a complexidade do gênero enquanto elemento performativo e em constante trânsito. Essa compreensão reducionista desconsidera que as vivências de gênero são multifacetadas e, muitas vezes, contraditórias, não podendo ser limitadas a uma lógica binária ou estática. Compreender a “destransição” enquanto um dos possíveis trânsitos de gênero amplia os horizontes epistemológicos e desafia as normatividades que, historicamente, têm regulado os corpos e as subjetividades.

Ao problematizar o conceito de “destransição”, buscamos deslocá-lo de narrativas conservadoras e cissexistas que o utilizam como artifício retórico para reforçar normas de gênero restritivas. Em contraste, ao situar essas experiências no campo das pluralidades de gênero, reforçamos a importância de respeitar as trajetórias singulares dos sujeitos, reconhecendo a complexidade e a multiplicidade de sentidos atribuídos aos trânsitos de gênero. A partir dessa perspectiva crítica, visamos não apenas desafiar os discursos patologizantes, mas também contribuir para um debate ético, que está preocupado em promover um suporte qualificado, multidisciplinar e atento às diversidades que marcam essas vivências. Assim, pretendemos contribuir com as pesquisas que pensam as relações entre gênero, normatividade e resistência de maneira mais plural e menos violenta.

Além disso, nossa pesquisa busca contribuir com a Psicologia Social ao ampliar as discussões sobre gênero a partir de uma perspectiva crítica. Em nossas análises, nos propusemos a desafiar as normatividades que têm, historicamente, regulado os corpos e as subjetividades, especialmente daquelas/es que não estão de acordo com as normas e que são, com frequência, excluídas/os e colocadas/os na posição de objeto. Ao apresentarmos as experiências de “destransição” como fenômenos plurais, questionamos os discursos conservadores que desle-

gitimam as vivências de gênero e que interpretam essas experiências sempre pelo prisma do arrependimento, uma redução fundamentalmente patologizante. Nesse sentido, reforçamos a importância de compreender esses processos de forma ética e contextualizada, considerando as necessidades e demandas dos sujeitos que “destransicionam”.

## Notas

<sup>1</sup> Lucas Méndez Platero (2014, p. 185) faz uso do asterisco na palavra *trans\** como ferramenta para expressar um “conceito ‘guarda-chuva’ que pode incluir diferentes expressões e identidades de gênero, tais como: trans, transexual, transgênero, e assim por diante. O que o asterisco acrescenta é indicar a heterogeneidade na concepção do corpo, identidade e experiências que vão além das normas sociais binárias impostas” (tradução nossa). Nos inspiramos nessa forma de escritura para a produção desse texto.

<sup>2</sup> Uníssono com Marco Prado e Sonia Correa (2018, p. 447), o termo “ideologia de gênero” é tratado, ao longo deste trabalho, entre aspas por uma “posição política de não reconhecer o termo como moldura teórica ou expressão que deve ser naturalizada. Muito pelo contrário, pensamos que é vital evidenciar que ‘ideologia de gênero’ não é nem teoria nem descrição de um fenômeno, mas sim um *tropos*, um campo de disputa política, uma categoria acusatória”.

<sup>3</sup> Este termo é utilizado para denominar os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexos e Assexuais. O “+” se refere à inclusão de sujeitos que não se identificam com essas siglas, mas que, de alguma forma, não obedecem às normas sexuais e de gênero.

<sup>4</sup> O uso do sufixo “ismo” remete a uma dimensão patológica dessa vivência, frequentemente utilizada para justificar alguns procedimentos e exigências.

## Referências

- Aldana, Myriam (2008). Vozes católicas no Congresso Nacional: aborto, defesa da vida. *Estudos Feministas*, 16(2), 369-646. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200018>
- Arán, Márcia & Murta, Daniela (2009). Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: Uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 15-41. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003>
- Butler, Judith (1990/2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Butler, Judith (1993/2020). *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”* (V. Daminelli & D. Y. Françoli, Trad.). n 1-edições.
- Butler, Judith (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, 42, 249-274. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>
- Cohen, Stanley (1972). *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers*. MacGibbon & Kee.
- Dias, Tainah Biela (2017). *Sobre religião, Estado laico e cidadania LGBT+: A frente parlamentar evangélica e a defesa da verdade sobre a família* [Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo/SP].
- Foucault, Michel (2011). *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II*, Curso no Colège de France (1983-1984). WMF Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2012). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária.
- Godoy, Arilda Schmidt (1995). Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-29. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>
- Junqueira, Rogério Diniz (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), 449-502. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004)
- Lionço, Tatiana, Alves, Ana Clara de Oliveira, Mattiello, Felipe, & Freire, Amanda Machado (2018). “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Psicologia Política*, 18(43), 599-621. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519-549X2018000300011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300011)
- Mattos, Amana Rocha (2018). Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. *Psicologia Política*, 18(43), 573-586. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009)
- Platero, Lucas Méndez (2014). La agencia de los jóvenes trans\* para enfrentarse a la transfobia. *Revista Internacional de Pensamiento Político*, 9, 183-193. <https://www.upo.es/revistas/index.php/ripp/article/view/3630>
- Messenberg, Debora (2019). A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In Rosana Machado & Adriano de Freixo (Orgs.), *Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização* (pp. 21-39). Oficina Raquel.
- Natividade, Marcelo & Oliveira, Leandro de (2009). Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 2, 121-161. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludSociedad/article/view/32/155>
- Nogueira, Conceição (2008). Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 235-242. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000200014>
- Prado, Marco Aurélio Maximo & Correa, Sonia (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), 444-448. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003)
- Resolução n. 2265, de 20 de setembro de 2019 (2019). Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. Conselho Federal de Medicina.

- Rosado-Nunes, Maria José Fontelas** (2015). A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, 13(39), 1237-1260. <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2015v13n39p1237>
- Rubin, Gayle** (2006). *Culture, Society and Sexuality*. Routledge.
- Vergueiro, Viviane** (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* [Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA].

**CAROLINA FRANCO BRITO**<https://orcid.org/0000-0001-5242-8533>

Doutoranda e mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

E-mail: [carolinafrancobrito@gmail.com](mailto:carolinafrancobrito@gmail.com)

**MARIA JURACY FILGUEIRAS TONELI**<https://orcid.org/0000-0002-9311-5020>

Doutora em Psicologia (USP), pós-doutora (UFMG e UMinho/PT), professora titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, onde leciona e orienta na pós-graduação (PPGP). Pesquisadora 1A do CNPq.

E-mail: [juracy.toneli@gmail.com](mailto:juracy.toneli@gmail.com)

**JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA**<https://orcid.org/0000-0002-2793-2946>

Doutor/a em Psicologia Social, com agregação em Psicologia. Investigador/a do Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

E-mail: [joao.oliveira@iscte-iul.pt](mailto:joao.oliveira@iscte-iul.pt)

<b>Histórico</b>	<b>Submissão:</b> 30/11/2023 <b>Revisão:</b> 4/12/2024 <b>Aceite:</b> 20/12/2024
<b>Editor científico</b>	Dra. Sabrina Daiana Cúnico
<b>Contribuição dos autores</b>	<b>Conceitualização:</b> CFB; MJFT; JMO. <b>Curadoria de dados:</b> CFB. <b>Análise formal:</b> CFB; MJFT; JMO. <b>Investigação:</b> CFB; MJFT; JMO. <b>Metodologia:</b> CFB; MJFT; JMO. <b>Escrita original:</b> CFB; MJFT; JMO. <b>Escrita - revisão e edição:</b> CFB; MJFT; JMO.
<b>Financiamento</b>	Bolsa CNPQ – Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação: Bolsas de Mestrado e Doutorado, n. 141088/2023-0. Bolsa de Doutorado concedida à CFB (Carolina Franco Brito).
<b>Consentimento de uso de imagem</b>	Não se aplica.
<b>Aprovação, ética e consentimento</b>	Não se aplica.